

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE

PDI - 2012 a 2015

Aprovado no CONSU - Conselho Superior

Diretor Geral

ARACRUZ 2012

MANTENEDORA SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE ARACRUZ

DIRETOR PRESIDENTE Antonio Eugênio Cunha

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Superior, previsto no art. 13 do Regimento Interno da FACE é constituído:

Pelo Diretor Geral, seu presidente nato;

Pelo Diretor de Gestão Acadêmica;

Por um coordenador de curso, indicado pelo Diretor Geral;

01 (um) representante da Mantenedora, por ela indicado;

01 (um) representante do corpo discente, eleito por seus pares;

01 (um) representante do corpo docente, eleito por seus pares;

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE DIRETORIA

Direção Geral

Antônio Eugênio Cunha

Diretoria de Gestão Acadêmica

Sidney Maia Rodrigues

Coordenadoria do curso de Direito

Fábio Tavares

Coordenadoria do curso de Administração

Valério Givisiez. Vilete Santos

Presidente da CPA

Jerisnaldo Matos Lopes

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE COMISSÃO COORDENADORA DA PROPOSTA DO PDI

Direção Geral

Antônio Eugênio Cunha

Diretoria de Gestão Acadêmica

Sidney Maia Rodrigues

Coordenadoria do curso de Direito

Fábio Tavares

Coordenadoria do curso de Administração

Valério Givisiez Vilete Santos

Presidente da CPA

Flávia Moreira Marchiori /Jerisnaldo Matos Lopes

Representante do Corpo Docente

Kathe Regina Altafim Menezes

Representante do Corpo Técnico/Administrativo

Ruth Léa Suella de Oliveira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	
2. VALORES	
2.1 MISSÃO	
2.2 FINALIDADES	
2.3 OBJETIVOS	
2.4 INSERÇÃO REGIONAL	9
2.4.1 Região de Aracruz	
2.5 ORGANIZAÇÃO E METAS DA INSTITUIÇÃO	. 10
2.5.1 Organização Administrativa	
2.5.2 Gestão de Desenvolvimento de Pessoas	
2.5.3 Políticas de Atendimento aos Discentes	
2.5.4 Organização Didático-Pedagógica	. 13
2.5.5 Infra-estrutura	
2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	. 16
3. GESTÃO INSTITUCIONAL	. 17
3.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	
3.1.1 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	. 17
3.1.2 Organograma Institucional e Acadêmico	. 17
3.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS	. 17
3.2.1 Conselho Superior	
3.2.2 Conselho de Ensino e Extensão	
3.2.3 Comissão Própria de Avaliação – CPA	
3.2.4 Corpo Docente	
3.2.5 Plano de Carreira e Regime de Trabalho	. 22
3.2.6 Políticas de Qualificação do Docente	. 22
3.2.7 Corpo Técnico-Administrativo	
3.2.8 Políticas de Qualificação Técnico-Administrativa	
3.3 FORMAS DE ACESSO	
3.4 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	
3.4.1 Programas de Apoio à Formação Acadêmica	. 24
3.4.2 Programas de Assistência Social	
3.4.3 Programa de Apoio à Informática	. 25
3.4.4 Programa de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativ	as
Especiais	.25
3.5 ESTIMULOS A PERMANENCIA	. 25
3.6 ORGANIZAÇAO ESTUDANTIL	. 26
3.7 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	. 26
4 – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	. 27
4.1 PLANO PARA ATENDIMENTO AS DIRETRIZES PEDAGOGICAS	27
4.1.1 Perfil do Egresso	. 27
4.2 CONTEUDOS SELECIONADOS	. 28
4.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	29
4.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	. 32
4.5 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVI	
DADES COMPLEMENTARES	. 33

Rua Flor de Estudante, 213 - Jardins - Aracruz - Espírito Santo

4.6 PRÁTICAS INOVADORAS	. 36
4.7 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS	
CURSOS	. 36
4.8 INCENTIVOS INTERDICIPLINARES	. 37
4.9 PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DOS CURSOS	. 37
5.INFRAESTRUTURA	. 38
5.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	
ATUAIS	. 38
5.2 RELAÇÃO DISCENTE/EQUIPAMENTO/CURSO	. 38
5.2.1 Inovações Tecnológicas Significativas	. 39
5.3 BIBLIOTECA	. 39
5.3.2 Horário de Funcionamento	
5.4 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO)
PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO AS PESSOAS PORTA-	
DORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM	
MOBILIDADE REDUZIDA	. 40
5.4.1 Acessibilidade	
5.4.2 Necessidades Educacionais Especiais (NEE)	
5.4.3 Objetivos do Programa de Acessibilidade	
5.4.4 Ações da FACE para a Acessibilidade	
6.ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	. 44
7.AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	45
7.1 DIRETRIZES E PRINCÍPIOS	
7.2 DIMENSÕES AVALIADAS NO PROJETO INSTITUCIONAL	
7.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	
7.4 AUTOAVALIAÇÃO INTERNA DA CPA	. 48
7.5 ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	
7.5.1 Fase 1 – Sensibilização	. 48
7.5.2 Fase 2 – Diagnóstico	. 49
7.5.3 Fase 3 - Avaliação Interna	
7.5.4 Fase 4 - Reformulação e Publicidade	. 49
7.5.5 Fase 5 – Reavaliação	. 50

APRESENTAÇÃO

A Sociedade de Ensino Superior de Aracruz, entidade mantenedora da Faculdade Casa do Estudante – FACE

apresenta neste documento as bases do projeto pedagógico que concretiza sua missão de formar profissionais com elevado nível de competência técnico-científica e compromisso ético-social fundamentado no pluralismo de idéias, educando cidadãos capazes de agir com autonomia no seu aperfeiçoamento contínuo e na construção de uma sociedade de desenvolvimento sustentável, livre, justa e solidária, promovendo a interação permanente com as comunidades e com o mundo do trabalho, propiciando condições para a transformação positiva da realidade da região.

1. INTRODUÇÃO

A FACULDADE CASA DO ESTUDANTE, em busca de um projeto institucional comprometido com a sua missão, seus valores e suas estratégias, elaborou o presente planejamento para o período de 2012/2015, na perspectiva de encontrar elementos para subsidiar o fortalecimento das políticas de ensino, extensão e gestão administrativa. Sendo assim, o Plano de Desenvolvimento Institucional ficou sob a responsabilidade de uma Comissão composta por membros da Diretoria, Coordenadoria de cursos, NDE, Comissão Própria de Avaliação e pessoal técnico-administrativo que centrou esforços no intuito de realizar um trabalho que proporcionasse discussões em todos os segmentos da Instituição, respeitando as especificidades, as estratégias e as ações, procurando estimular a comunidade acadêmica a se motivar e envolver-se com as questões institucionais.

Os fundamentos e compromissos aqui explicitados buscam integrar as questões do cotidiano de uma instituição de Ensino Superior com a sociedade capixaba e com a finalidade mais ampla de construção permanente do Brasil como um Estado democrático de direito, fundamentado na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político.

O Plano, que permitirá a Instituição planejar e executar o fazer acadêmico de forma democrática e aberta aos interesses da sociedade, dá prosseguimento a um processo de mudança cultural que valoriza o planejamento. Foi elaborado conforme as recomendações do Decreto 5.773/1996 e será um instrumento de política Institucional capaz de conduzir os caminhos a serem seguidos pela Faculdade Casa do Estudante nos próximos quatro anos, aproveitando suas potencialidades e oportunidades de ambientes acadêmico e científico.

O modelo de planejamento, em proposição é do tipo estratégico e participativo, pautando suas ações pelos seguintes princípios norteadores:

- I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- Verticalização do ensino e sua integração com a realização de cursos para a comunidade e atividades de extensão;
- III. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. Inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais.

Para garantir a excelência na aplicabilidade do Plano com as reais necessidades da comunidade acadêmica, torna-se de fundamental importância administrar desafios, não apenas na mudança estrutural, mas no esforço para consolidar um modelo de gestão inovadora, respeitando a pluralidade das idéias e das aptidões, fortalecendo a ética nas relações com o mundo científico, social, econômico, cultural e artístico.

2. VALORES

Credibilidade, comprometimento, harmonia, qualidade, rentabilidade, inovação e competência;

A satisfação e integração solidária entre professores, funcionários, alunos, família e comunidade:

Busca contínua da aprendizagem e renovação.

2.1 MISSÃO

A Faculdade Casa do Estudante – FACE, credenciada pela Portaria MEC Nº. 2475, de 21/11/2001, com sede no município de Aracruz, estado do Espírito Santo, é um estabelecimento particular de educação superior mantido pela Sociedade de Ensino Superior de Aracruz Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Aracruz, Estado do Espírito Santo, que tem seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, com CNPJ sob o n.º3.885.388/0001-43, cuja missão é:

"Promover uma educação que permita ao aluno colocar todo seu potencial a serviço do aperfeiçoamento da sociedade humana, de forma perseverante, com ética e eficácia"

2.2 FINALIDADES

A Faculdade Casa do Estudante – FACE tem as seguintes finalidades e características:

- Ofertar educação superior, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação da Faculdade Casa do Estudante;
- IV. Constituir-se em centro de referência na oferta do ensino superior, nas áreas de sua atuação, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação;
- V. Desenvolver programas de extensão e promover a divulgação de atividades científicas produzidas pela comunidade acadêmica;
- VI. Realizar e estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e cultural;
- VII. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

2.3 OBJETIVOS

Objetivo geral

Oferecer a sociedade capixaba e nacional, serviços de alta qualidade e de preço justo, ajudando-os a manter e elevar o seu valor agregado, melhorando a empregabilidade, contribuindo assim para o progresso do país.

Objetivos Específicos

- Promover Cursos Superiores visando a formação integral do homem, de acordo com os princípios de liberdade e responsabilidade.
- Promover pós-graduação latu sensu, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e do desenvolvimento social e cultural.

- Incentivar a extensão, mediante cursos e serviços especiais.
- Interagir e colaborar com instituições públicas e privadas, tendo em vista o progresso geral da comunidade a que serve e do país.

2.4 INSERÇÃO REGIONAL

A Faculdade Casa do Estudante ocupa uma posição de referência educacional e se integra com a sociedade no município de Aracruz e região. Dispõem de ampla infraestrutura física, laboratórios, equipamentos, biblioteca e salas de aula.

Para melhorar as distribuições dos investimentos, o governo do estado promoveu mudanças na geografia regional do Espírito Santo, mudando o agrupamento dos municípios e redefinindo o número de microrregiões que passou a ser de 10 (dez). Os municípios de Aracruz, João Neiva, Ibiraçu pertencem a Micro Região 7 e Fundão a Micro Região 1 . Estes municípios estão fortemente ligados a Aracruz por ser um forte pólo de desenvolvimento no estado e por estarem muito próximos um do outro, conforme demonstrado no mapa abaixo.



2.4.1 Região de Aracruz

A região do Polinorte de Aracruz (onde está presente a FACULDADE CASA DO ESTUDANTE) é formada pelos municípios de Aracruz, Ibiraçu, Fundão e João Neiva.

Uma peculiaridade desta microrregião é a concentração demográfica na cidade de Aracruz, cujo contingente populacional é de 86.000 habitantes aproximadamente, superior ao das cidades do entorno regional. A concentração da população em Aracruz acaba por exercer a função de centralização regional num espaço de tomada de decisões, informações, transações comerciais, financeiras e de prestação de serviços públicos, além de ser o vetor de difusão cultural e tecnológica.

O município de Aracruz conta com grandes empresas, tais como: FİBRIA ARACRUZ, a maior empresa de celulose do mundo e grandes empresas do setor metal mecânico destacando-se entre outras a IMETAME, ESTEL, TECVIX, SÃO JOSÉ, VERTICAL. Apresenta uma área portuária importante com portos

especializados em celulose e gás, além de abrigar a implantação do Estaleiro Jurong Aracruz voltado para construção e reformas de plataformas e embarcações.

A região é também importante na exploração de jazidas de pedras ornamentais e seu beneficiamento, além de ter grandes reservas de petróleo e ser um dos importantes produtores de óleo e gás do país.

O setor de comércio e serviços é grande empregador e tem importância significativa na economia regional. Seu dinamismo se apóia, principalmente, na logística de transporte, de fornecimento e de apoio à economia urbano-industrial da Cidade de Aracruz e região.

O crescimento da atividade turística ganha relevância com a diversificação da oferta de turismo e lazer, mas potencializa-se como centro de negócios, notadamente, na expansão das atividades de produção metal mecânico, petróleo e gás.

2.5 ORGANIZAÇÃO E METAS DA INSTITUIÇÃO

2.5.1 Organização Administrativa

I – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA								
Metas	Ações							
Atualizar processo de gestão visando eficiência e eficácia administrativa	Implementar o projeto de gerenciamento de processos;Elaborar o organograma da Diretoria							
Implantar novas tecnologias e normas de funcionamento	 e - Adquirir e atualizar sistemas para os setores administrativos; - Implantar normas de operacionalização 							
Desenvolver uma política de Comunicação Social	 Avaliar e reformular a utilização dos meios de comunicação internos e externos existentes; Implantar setor de Comunicação; Capacitar servidores nas novas tecnologias e meios de informação que venham atender as demandas de formação pessoal e profissional. 							

2.5.2 Gestão de Desenvolvimento de Pessoas

II – GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS								
Ações								
 Atualizar e implementar o Plano de Carreira Docente; Programar Plano de Cargos e Salários dos Técnico-Administrativos; Procurar realizar convênios com Instituições de ensino superior com o intuito de viabilizar o acesso dos servidores a cursos de pós-graduação; Implementar programas de capacitação para gestores; Promover eventos internos que propiciem a formação continuada, a interação entre os servidores e o intercâmbio de informações e saberes. 								
 Realizar a avaliação de desempenho profissional; Revisar a locação de servidores técnico-administrativos em educação em sua área de atuação, respeitadas as legislações pertinentes e observadas as necessidades. 								
 - Dimensionar a necessidade de contratação; - Promover gestão junto à mantenedora, visando obter a adequação da estrutura do quadro de pessoal, condizente com as necessidades da Instituição. 								

2.5.3 Políticas de Atendimento aos Discentes

III – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES								
Metas	Ações							
Desenvolver programa de apoio social ao discente	Realizar ações de recepção aos ingressantes (calouros), com apresentação da IES, com seu corpo docente e o técnico							

administrativos; - Implementar para os discentes, programas de Língua Portuguesa, de nivelamento Compreensão de Texto, Matemática Básica proporcionando atendimento aos estudantes por monitorias - Estruturar atividades artístico-culturais parte do processo pedagógico como educativo e da cidadania; Fortalecer e apoiar a participação - Promover eventos de caráter técnicodiscente em eventos técnicos, científico: esportivos, sociais. científicos. artísticos e culturais. - Instituir programas de esportes, lazer e entretenimento; - Promover a participação discente em atividades educativas junto a comunidade local; - Estruturar sistemática de procedimentos para participação dos discentes em eventos tais como feiras, congressos, seminários, entre outros pertinentes à sua área de atuação. Proporcionar - Criar o Núcleo de Apoio e Atendimento a а inserção е de portadores de necessidades educacionais permanência pessoas com necessidades especiais de forma a especiais; garantir às mesmas o direito a Manter a infra-estrutura institucional educação visando a acessibilidade a todos: - Promover a capacitação dos servidores envolvidos no atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais; - Adequar programas e metodologias de ensino e aprendizagem de acordo com a legislação pertinente; - Aprimorar o atendimento ao discente ingressante; Proporcionar estímulo e permanência

dos discentes na Instituição	- Promover o acompanhamento do discente portador de necessidades especiais de aprendizagem, envolvendo quando necessário a orientação educacional e atendimento psicológico.
Instituir políticas de acompanhamento dos egressos	- Criar e fomentar mecanismos de acompanhamento e contato com os egressos;
Firmar parcerias com órgãos de fomento, visando a captação de recursos para a oferta de bolsas de iniciação científica para estudantes de graduação.	- Buscar parcerias para apoiar projetos de extensão e especializações financiados por Agências de Financiamento,tais como FAPES, BANDES e Empresas.
Desenvolver sistemática de atendimento ao discente e seus familiares de forma presencial e à distância	 Disponibilizar aos discentes e a seus familiares consultas via internet, relacionadas à sua vida acadêmica; Efetivar o uso das ferramentas disponíveis para consulta da vida acadêmica do discente; Divulgar informações de interesse dos discentes no sítio da Faculdade;
Avaliar os serviços prestados aos discentes	Realizar a avaliação dos serviços prestados ao discente em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação – CPA.

2.5.4 Organização Didático-Pedagógica

IV – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA									
Metas		Ações							
Desenvolver projeto de curs graduação, pós-graduação	os de na	- Disponibilizar inita-estrutura techologica							

modalidade à distância direcionada ao e de cursos de educação profissional em desenvolvimento técnico-científico e nível de graduação e pós-graduação a social, bem como promover cursos de distância; extensão na modalidade EAD para os - Ampliar e estruturar a equipe de servidores. direcionados à sua profissionais na proporção de abertura de capacitação em metodologias de EAD novos cursos, turmas ou áreas de atuação; e tecnologias informação da - Incentivar os docentes por meio da comunicação. capacitação, quanto ao uso da tecnologia da informação e comunicação como ferramenta de apoio ao processo de ensino aprendizagem da modalidade presencial. Elaborar o Projeto Político Pedagógico; - Acompanhar, avaliar e controlar o Elaborar, implementar e avaliar o desenvolvimento Político do Projeto Projeto Político Pedagógico – PPP Pedagógico; - Construir metodologias adequadas para avaliação e controle do PPP; - Elaborar estudos sobre as causas da Ampliar políticas de apoio estudantil, evasão. adotando estratégias que visando à redução da evasão escolar. culminem na redução da evasão e da reprovação de discentes; Aprimorar a qualidade dos cursos - Realizar revisão periódica dos projetos oferecidos pela instituição levando-se pedagógicos dos cursos oferecidos; em consideração todos os aspectos curriculares e operacionais - Incentivar o corpo docente e discente no desenvolvimento de atividades, cursos, projetos e outros relacionados com a Promover a criação de grupos de extensão: trabalho em articulação com o ensino - Realizar atividades de extensão que e a extensão promovam o desenvolvimento humano, cooperando com as políticas públicas de inclusão social; - Promover atividades de extensão no sentido de esclarecer e orientar munícipes a forma correta de utilização dos recursos naturais, a fim de utilizá-los de forma sustentável, agindo para а

	preservação do meio ambiente; - Desenvolver cursos e atividades de extensão que contribuam para melhoria do processo produtivo regional;
Programar ações que proporcionem a criação de empreendedorismo, visando o estabelecimento de uma relação interativa e estimuladora da geração de conhecimentos ou de inovações tecnológicas.	 Instalação de um Centro de Atividades Empresariais que dê orientação aos micro e pequenos empresários na abertura e constituição de empresa, consultoria com estudos e pesquisas de viabilidade econômica, dentre outros. Promover a oferta de cursos de extensão que possibilitem a difusão de práticas inovadoras e empreendedoras.

2.5.5 Infraestrutura

V – INFRAESTRUTURA									
Metas	Ações								
Oferecer aos discentes e servidores instalações e equipamentos de forma a	- Adequar as instalações físicas através de construções e reformas, às necessidades das áreas de ensino, de extensão e produção considerando a ampliação da oferta de cursos e de vagas;								
alcançar a qualidade de ensino, a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente.	- Adquirir e adequar os equipamentos considerando as evoluções tecnológicas e a ampliação da oferta de cursos e de vagas;								
	- Adquirir recursos diversos para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;								
	- Atualizar continuamente o acervo bibliográfico nas diversas áreas de conhecimento;								

Proporcionar estrutura adequada aos serviços administrativos a fim de aumentar a eficiência e eficácia

- Dotar os setores administrativos de equipamentos de tecnologia capazes de proporcionar a eficácia das atividades;
- Manter as instalações físicas às necessidades da estrutura organizacional administrativa da instituição;
- Apropriar o mobiliário as necessidades da estrutura organizacional administrativa da instituição.

2.6 - RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Comprometimento com o social fundamentado no enfoque da igualdade, na diversidade e na articulação com outras políticas como as de trabalho, renda, desenvolvimento local e ambiental.

Observando essa importância percebe-se que se antes o foco era o fazer pedagógico visando ao desenvolvimento econômico, hoje esse foco é a qualidade social, sem deixar a intencionalidade do primeiro. A Faculdade Casa do Estudante, além de lidar com os conhecimentos acadêmico-científicos, deve proporcionar ao discente condições de interpretar os aspectos sociais da realidade em que se encontra, bem como de intervir nessa realidade.

No plano do desenvolvimento econômico, a Faculdade Casa do Estudante tem como norte de suas ações educativas a contribuição para o desenvolvimento local e regional, levando em consideração os arranjos produtivos. Na dimensão do ensino busca-se o direcionamento dos cursos para a formação de profissionais que venham suprir as necessidades locais e regionais. Tem sua atuação fundamentada, ainda, numa demanda da sociedade em que se conjugam fatores de ordem econômica e sociocultural.

Para além das demandas econômicas, a origem da Faculdade Casa do Estudante leva em consideração como premissas para suas ações aspectos de ordem sóciopolítica que visam à formação integral do cidadão.

Frente ao quadro de precariedade social, a atuação não poderia passar ao largo das ações voltadas para a inclusão, tendo em vista a melhoria das condições de vida de jovens e adultos por meio de sua qualificação profissional e conseqüente ampliação das possibilidades de ingresso no mercado de trabalho.

3. GESTÃO INSTITUCIONAL

3.1. Organização Administrativa

3.1.1 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

Para administrar seu quadro de pessoal e sua infraestrutura física, a Faculdade Casa do Estudante conta com as seguintes estruturas administrativas:

I - Órgãos colegiados:

- a) CONSU (Conselho Superior);
- b) CEE (Conselho de Ensino e Extensão)
- c) CPA (Comissão Própria de Avaliação).
- d) CAPD (Comissão de Análise de Promoção Docente)

II - Órgãos executivos:

- a) Diretoria Geral;
- b) Diretoria Acadêmica
- c) Secretaria;
- d) Coordenação de Cursos

III - Órgãos Representativos

- a) NDE Núcleo Docente Estruturante Comissão permanente composta por docentes, visando o plano pedagógico, a sua estrutura, dentre outras atribuições;
- b) Ouvidoria;
- c) DA Diretório Acadêmico.

3.1.2 Organograma Institucional e Acadêmico

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas estão distribuídos em coordenações e setores das áreas administrativas, ligados às estruturas da Diretoria.

3.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS

3.2.1 Conselho Superior

Pelo Diretor Geral, seu presidente nato;

Pelo Diretor Acadêmico;

Por um coordenador de curso, indicado pelo Diretor Geral;

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE

Rua Flor de Estudante, 213 - Jardins - Aracruz - Espírito Santo

- 01 (um) representante da Mantenedora, por ela indicado;
- 01 (um) representante do corpo discente, eleito por seus pares;
- 01 (um) representante do corpo docente, eleito por seus pares;

Compete ao Conselho Superior:

- I Aprovar o Regimento da FACE com seus respectivos Anexos e alterações, submetendo-os à aprovação da autoridade definida em lei;
- II Aprovar o Plano Anual das Atividades FACE;
- III Instituir cursos de graduação e de pós-graduação, de acordo com a legislação em vigor;
- IV Decidir os recursos interpostos a decisões dos demais órgãos em matéria de qualquer natureza;
- V Sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da FACE, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;
- VI Elaborar normas de avaliação de cursos e de docentes;
- VII Decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- VIII exercer as demais atribuições que sejam previstas em lei no Regimento Interno da Faculdade Casa do Estudante;
- IX Cabe ao Conselho Superior elaborar seu regimento de funcionamento que será submetido à Mantenedora:
- X Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação;
- XII Aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP), a Organização Didática, o Regulamento Interno e as Normas Disciplinares;
- XIV Autorizar a Direção a conferir títulos de mérito acadêmico;
- XV Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Faculdade Casa do Estudante;
- XVI Aprovar a Estrutura Administrativa e o Regimento Geral da Faculdade Casa do Estudante, observados os parâmetros definidos pelo MEC e legislação específica; e, finalmente.
- XVII deliberar sobre questões outras submetidas a sua apreciação.

3.2.2 Do Conselho de Ensino e Extensão

O Conselho de Ensino e Extensão - CEE, órgão técnico de deliberação sobre matéria acadêmica e de coordenação e assessoramento em matéria didático-científica e administrativa é constituído por/pelo (a):

- I Diretor de Gestão Acadêmica, presidente;
- II Coordenadores de curso;
- III –1 (um) professor representante de cada curso de graduação;
- IV 1 (um) professor de cada curso de pós-graduação que, na ocasião, esteja em funcionamento;
- V 1 (um) representante do corpo discente.
- O mandato do representante do Corpo discente é de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido.
- Sempre que o Diretor Geral se fizer presente, a ele caberá a Presidência, enquanto permanecer.
- O CEE reúne-se, ordinariamente, semestralmente e, extraordinariamente quando convocado por Diretor, ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros.
- Cabe ao CEE elaborar o Regulamento de Funcionamento, que será submetido ao Conselho Superior para aprovação.

Compete ao CEE:

- I Coordenar e supervisionar os planos e atividades dos Colegiados de Curso;
- II Disciplinar a realização do processo de seleção dos novos alunos para os cursos da FACE;
- III Aprovar o currículo pleno de cada curso de graduação, bem como suas modificações, submetendo-os ao Conselho Superior;
- IV Aprovar a realização de novos cursos de graduação, cursos de pós-graduação e de extensão, os respectivos planos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Superior e pela legislação específica;
- V Deliberar sobre normas de transferências e aproveitamento de estudos, ouvidos, quando for o caso, os Colegiados de Curso;
- VI Aprovar as normas de funcionamento dos estágios curriculares, de monografias e demais trabalhos de conclusão de curso;
- VII Submeter à apreciação do Conselho Superior acordos e convênios com entidades nacionais e estrangeiras, que envolvam os interesses da FACE;
- VIII Sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da FACE, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;
- IX Decidir ou emitir parecer sobre representações contra atos de professores;

XII – Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei ou demandadas pelo Conselho Superior.

3.2.3 Comissão Própria de Avaliação - CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Casa do Estudante, foi instituída visando atender ao que preceitua a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se em um órgão colegiado permanente de coordenação do processo de auto-avaliação da Faculdade.

A CPA atuará com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes. Esta Comissão tem por finalidade a implantação do processo interno de avaliação, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Ao promover a avaliação interna, a CPA deverá observar as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, utilizar procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades, e assegurar:

- I A análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromissos sociais, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos;
- II o respeito à identidade e à diversidade de seus órgãos;
- III a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo, bem como da sociedade civil organizada, por meio de suas representações.

A Comissão Própria de Avaliação da FACE (CPA/FACE) com vigência no biênio 2012/2013, com fulcro no art. 5.º do Regimento da CPA/FACE, conta com os seguintes membros:

- "Art. 5.º A CPA, designada por Portaria do Diretor Geral da FACULDADE CASA DO ESTUDANTE, será constituída por:
- I Todos os coordenadores de curso:
- II Um representante do corpo docente de cada curso;
- III Um representante do corpo técnico administrativo;
- IV Um representante do corpo discente de cada curso;
- V Dois representantes da sociedade civil organizada

Parágrafo único. A CPA tem um coordenador e uma secretária, designados por Portaria do Diretor Geral.

MEMBROS DA CPA DA FACE - BIÊNIO 2012/2013.

Jerisnaldo Matos Lopes (2012)

Coordenador Responsável

Flávia Moreira Marchiori (2013)

Coordenador Responsável

Fábio Tavares

Coordenador do Curso de Direito

Valério Givisiez Vilete Santos

Coordenador do Curso de Administração

Kathe Regina Altafim Menezes

Representante do Corpo Docente Direito

Glegson Ninz

Representante do Corpo Docente Administração

Adaíza Vicente Pagung Soares

Representante do Corpo Técnico Administrativo

Maria Célia Peixoto Da Silva

Represente do Corpo Discente Direito

Elizângela Moreira de Oliveira

Representante do Corpo Discente Administração

José Carlos Barbosa

Representante da Sociedade Civil Organizada

Leksandro Rosa De Paula

Representante da Sociedade Civil Organizada

3.2.4 Corpo Docente

O quadro de docentes da Faculdade Casa do Estudante – FACE é hoje formado por servidores efetivos, distribuídos segundo o perfil apresentado na tabela a seguir:

Campus	Е	М	D	Total	Parcial	Integral	Horista	
	10	11	-	21	6	5	10	

Legenda: G – Graduação E – Especialização M – Mestrado D – Doutorado

3.2.5 Plano de Carreira e Regime de Trabalho

Os docentes dessa Instituição serão enquadrados no Plano de Carreira Docente.

Quanto ao regime de trabalho docente, existem três tipos de trabalho, a saber:

Até 11 horas/aulas – Horista

De 12 horas/aulas a 19 horas/aulas – tempo parcial

20 horas/aulas ou mais – integral

3.2.6 Políticas de Qualificação do Docente

Adota-se o *Sistema de Gestão por Competências*, orientado para o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessário ao bom desempenho da função, visando ao alcance dos objetivos da instituição. Para tanto o colaborador deve:

- I Ser capaz de ministrar aulas em cursos superiores de graduação nas suas áreas;
- II Ser capaz de desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais;
- III Ser capaz de estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda:
- IV Ser capaz de ministrar aulas em cursos de pós-graduação latu sensu;

Neste sentido, com vistas à estruturação do Plano de Capacitação dos Docentes, os gestores devem identificar as competências que a Faculdade já possui e apontar as lacunas existentes, ou seja, as competências que ainda precisam ser desenvolvidas. Através desse diagnóstico é possível partir para a construção de um Projeto de Capacitação.

3.2.7 Corpo Técnico-Administrativo

O quadro de técnico-administrativos é formado, hoje, por funcionários distribuídos segundo perfil abaixo:

Titulação								Regime de Trabalho					
Campus	FI	FC	EMI	EMC	G	Α	E	M	D	Total	20 h.	40 h.	Total
Noite				2	3		1	2	-	8	1	7	8

Legenda:

FI: Fundamental incompleto G: Graduação

FC: Fundamental completo A: Aperfeiçoamento

EMI Ensino médio incompleto E: Especialização

EMC: Ensino médio completo M: Mestrado

G: Graduação D: Doutorado

3.2.8 Políticas de Qualificação

Relativo ao corpo técnico-administrativo deverá ser adotado a metodologia da gestão por competências.

Assim, deverão ser identificadas as competências técnico-administrativas que a Faculdade já possui, buscando suprir as eventuais lacunas através do diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos seus servidores, para, a partir daí, dar início à construção do Projeto de Capacitação.

3.3 FORMAS DE ACESSO

O acesso aos Cursos oferecidos pela FACE ocorre por meio de processo seletivo, mediante inscrição em períodos divulgados em editais, mídia (jornal, TV, rádio, internet), visita a municípios da região de abrangência. A seleção é realizada por meio de avaliação de conhecimentos adquiridos no nível de escolaridade mínima

exigida. Outras formas de acesso ocorrem por meio de transferências, aproveitamento de curso, convênios.

3.4 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

3.4.1 Programas de Apoio à Formação Acadêmica

Suas ações se dão através da oferta de bens e serviços, de modo a favorecer a freqüência do discente e, conseqüentemente, sua maior e melhor participação na vida acadêmica. São oferecidos diversos programas para melhorar a formação acadêmica dos estudantes da instituição dentre os principais citamos:

- Viagens de Estudo: Este programa visa proporcionar aos estudantes a interação acadêmica entre a teoria e a prática. É o momento que o estudante vai às organizações e à comunidade conhecer a realidade e confrontar o conhecimento repassado pelas diversas disciplinas de seu curso. A viagem de estudo é uma atividade extracurricular relacionada com a formação acadêmica do corpo discente, que oportuniza o conhecimento prático em disciplina integrante do Currículo do Curso, devendo estar previstas em seu Plano de Ensino.
- Participação Discente em Seminários, Congressos e Eventos Científicos: Este Programa tem a finalidade de ampliar a participação do estudante em encontros fora da sala de aula, oportunizando o aprendizado em outros ambientes e com fontes diferentes de informação, além de possibilitar a difusão dos resultados das produções científicas, bem como viabilizar a abertura de horizontes de atuação profissional e de engajamento em pesquisas.

3.4.2 Programas de Assistência Social

A Direção Geral é a instância responsável pela elaboração, coordenação e execução de programas na área social desenvolvendo atividades que atendam às demandas sociais apresentadas pelos acadêmicos.

Realizados através de ações que favorecem a promoção do estudante e o atendimento as demandas sociais resultantes da realidade social diferenciada, proporcionando alternativas, que perpassam por um processo educativo, e possibilitam a superação, contribuindo, assim para sua permanência e manutenção na instituição A prestação dos serviços assistenciais é definida a partir de critérios sócio-econômico-culturais e contexto familiar, por meio de indicadores sociais atualizados e validados, considerando os recursos disponíveis e a demanda envolvida. Os Programas são:

- Bolsas de Monitoria: Oferece bolsas de monitoria aos discentes que apresentam bom rendimento nas disciplinas para prestarem reforço escolar e monitorar as atividades nos laboratórios no horário inverso ao de aula.
- Bolsa Administrativa: Oferece ao discente que tenham vínculos familiares entre si (pai, mãe, irmãos) descontos progressivos com finalidade de ajuda no processo de formação familiar, além de conceder incentivo aos funcionários com descontos da ordem de 70% da semestralidade para sua formação, ou de um dependente.
- <u>Bolsas de Estudo:</u> Oferece ao discente em vulnerabilidade social comprovada através da análise sócio-econômica e do contexto familiar bolsas de estudo em programas conveniados com o Estado do Espírito Santo (NOSSA BOLSA) e com o Governo Federal (PROUNI) com contrapartida de descontos aplicados.

3.4.3 Programa de Apoio à Informática

A Faculdade Casa do Estudante disponibiliza para uso da comunidade discente microcomputadores através dos laboratórios de Informática e da biblioteca da rede. Além de microcomputadores, possui ainda, salas para trabalhos em grupos com computadores, quadros brancos, mesas de reuniões.

3.4.4 Programa de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais

Visando promover o acesso e a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais em todas as ofertas educacionais, fundamentado nos princípios do direito ao exercício da cidadania, da integração ao mundo do trabalho e dentro das possibilidades da Instituição para implementação do atendimento, é necessário a criação do NAPNEE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Esse núcleo deverá ter como objetivo principal a busca do cumprimento do princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para discentes portadores de necessidades especiais e funcionará a medida que surgirem oportunidades de atendimento as demandas sociais, sempre levando em consideração a competência da Instituição para o atendimento.

3.5 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

Os discentes contam com diversos mecanismos de (re) construção do conhecimento. Eles são assistidos por monitores - discentes dos cursos. Esses monitores trabalham sob orientação de seus docentes, em horários definidos que não conflitam com os horários de estudos do monitor.

Na perspectiva do apoio psicopedagógico, a Instituição trabalha com parceria com profissionais liberais e funcionários habilitados, formando uma equipe multidisciplinar que reúne pedagogo e psicólogo.

Vislumbra-se ampliar e ou implementar:

- Criação e operacionalização de mecanismos para redução da evasão, abandono e repetência;
- Maior integração da escola com a família do estudante, promovendo um intercâmbio de informações mais intenso, para melhorar o acompanhamento da aprendizagem e a assistência ao discente de uma forma geral;
- Criação de mecanismos de nivelamento para todos os níveis de ensino e suas modalidades:
- Criar programa para melhoria da qualidade de vida (discussão de temas, orientações etc.);
- Promoção de ações sócio-educativas;
- Promoção de debates sobre trabalho e o mercado;
- Promoção de ações de interesse dos estudantes.

3.6 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A Instituição oferece apoio e assessoramento aos movimentos estudantis, no que diz respeito ao reforço à sua organização e dinamização por meio de uma política de incentivo à formação e o fortalecimento de entidades que representam o interesse dos discentes e ex-discentes, garantindo sua autonomia de ação e preservando seu papel formador de lideranças, buscando desenvolver uma cultura empreendedora, promovendo sua inserção no mercado de trabalho, além de favorecer o desenvolvimento das habilidades necessárias à convivência. Entretanto, não está consolidado na IES o Centro Acadêmico.

A instituição ainda promove e incentiva ações ligadas às atividades culturais, esportivas e de integração, além da recepção de calouros e garante a participação estudantil em conselhos e comissões da Instituição.

3.7 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A política de acompanhamento de egressos centra-se em uma perspectiva de educação continuada, incentivando a volta à instituição em cursos de Extensão, Pós-Graduação e Semanas de Estudo, atividades de esporte e lazer.

Objetiva, entre outras coisas, a realizar o encaminhamento do egresso aos postos de trabalho a partir de solicitações das empresas e a promover a atualização dos

currículos com base em informações fornecidas pelos ex-discentes sobre as suas dificuldades e facilidades encontradas no mundo do trabalho.

A equipe de funcionários da secretaria apoiada pelos Coordenadores de Curso tem como objetivo organizar o cadastro de egressos da Faculdade Casa do Estudante.

4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

4.1 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

4.1.1Perfil do Egresso

Devido às rápidas mudanças e a dinâmica da sociedade atual, cumpre propor respostas, mesmo que transitórias, à relevante questão de como preparar o profissional para a complexa sociedade contemporânea.

Faz-se então necessária a organização política e educacional para a promoção de uma formação contínua e abrangente de profissionais inseridos numa realidade mutante, em que as competências requeridas passam pela liderança, iniciativa, comunicação, atualização permanente, visão geral e específica do seu ofício.

Considerando as especificidades e diversidades dos cursos superiores ofertados, é apresentado o perfil de egressos, sem a pretensão de trazer à luz os conhecimentos específicos que cada curso encaminha.

- Perfil esperado dos egressos dos Cursos Superiores de Graduação:

Os profissionais quando formados, além das competências propostas para sua formação, deseja-se que eles tenham aptidões para:

- a) trabalhar em equipe;
- demonstrar capacidade de liderança;
- fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional de sua equipe de trabalho;
- demonstrar espírito empreendedor;
- realizar atividades referentes aos procedimentos técnicos e tecnológicos;
- emitir laudo e parecer técnico de sua especialização;
- otimizar os processos produtivos de sua área de atuação;
- gerenciar processos e equipes;
- demonstrar autonomia intelectual;
- responsabilizar-se pela aprendizagem permanente;
- aplicar e difundir tecnologias;

- desenvolver competências profissionais sintonizadas com o respectivo setor produtivo;
- Ser tomador de decisão na sua área de atuação.

- Perfil dos egressos dos Cursos de Pós-Graduação:

Os profissionais egressos dos cursos de pós-graduação ainda deverão estar aptos a:

- contribuir com a política de desenvolvimento técnico-profissional de sua área específica, bem como de formação e qualificação profissional;
- planejar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os serviços na sua especialidade;
- contribuir para o desenvolvimento e a difusão da pesquisa técnico-científica.

4.2 CONTEÚDOS SELECIONADOS

Nos termos da Legislação em vigor, respeitam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil do público-alvo, as peculiaridades regionais, os objetivos dos cursos, conforme previsto nos projetos dos cursos, e a possibilidade de adequação e reestruturação dos cursos sempre que necessário.

Os conteúdos definidos para a organização curricular e o tratamento que a eles deve ser dado assumem papel central, uma vez que a produção de conhecimento e o desenvolvimento de competências é resultado da aprendizagem dos conteúdos. Esses conteúdos possibilitam ainda a realização dos propósitos de formação da instituição e, assim, no seu conjunto, a matriz curricular contempla os conteúdos necessários ao desenvolvimento de competências exigidas para o exercício profissional e propondo-se a tratá-los nas suas diferentes dimensões. Na sua dimensão conceitual: teorias, informações, conceitos; na sua dimensão procedimental: saber fazer; na sua dimensão comportamental: na forma de valores e atitudes relativas à atuação profissional.

A organização curricular que sustenta a proposta de tratamento dos conteúdos envolve os conceitos de interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade e atualização permanente, apresentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A idéia de uma educação permanente ao longo da vida e a pretensão de relacionar a aprendizagem escolar ao contexto no qual se está inserido implica valorizar com os conteúdos o desenvolvimento da autonomia pessoal, fomentando os hábitos sociais de trabalhar em grupo, de estudar e de buscar informação e pesquisar.

Os conteúdos curriculares são selecionados a partir da sua relevância para o desenvolvimento da competência profissional requerida. O aval social legitima sua constituição que se baseará na cultura de uma sociedade. Respaldando sua escolha

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE

nos critérios pedagógicos, considerando, antes de mais nada, a que idéia de indivíduo e de sociedade servem.

Dada a articulação entre o conteúdo e os métodos, ressalta-se a importância do tratamento metodológico.

Na seleção dos conteúdos considerar-se-ão os seguintes aspectos:

- desenvolvimento das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil de saída;
- a funcionalidade, posto que vise à profissão, ajustando-se à Instituição, sendo atualizada técnica e cientificamente;
- a flexibilidade, posto que permita o ajuste às particularidades dos discentes, prevendo saídas e permitindo a integração com conteúdos afins;
- a coerência com os objetivos, as competências e os métodos propostos adotados e também com a formação do profissional em questão.

O contexto encaminhado requer que o conteúdo seja dinâmico, flexível e que o espaço de sala de aula seja de acolhimento e sistematização dos diversos saberes. Sendo assim, esses saberes estarão presentes nas competências e habilidades, porém com um permanente olhar voltado para a realidade histórica, política, científica e social do discente e da realidade do mundo produtivo. Em atenção especial ao desenvolvimento humano sustentável.

4.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A política referente às práticas pedagógicas desenvolvidas caminha em uma linha crítica, que se vinculam ao ensejo do desenvolvimento humano sustentável, alicerçada nos seguintes paradigmas:

- criar e difundir culturas, conhecimentos, produção científica;
- desenvolver os currículos dos cursos na perspectiva da educação continuada e da possibilidade de certificações intermediárias, observados os interesses individuais dos estudantes e a viabilidade pedagógica e administrativa da Instituição;
- propiciar e promover ações/situações que estimulem o desenvolvimento do raciocínio crítico:
- promover práticas pedagógicas reflexivas e dialéticas;
- formar, nas diversas áreas do conhecimento em atenção aos eixos profissionais compromissados com o desenvolvimento socioeconômico e político regional e nacional;
- preservar os ideais da ética, da responsabilidade, da cidadania, da solidariedade e do espírito coletivo;
- -- integrar os conhecimentos técnicos, sociais, políticos e científicos adquiridos;

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE

Rua Flor de Estudante, 213 - Jardins - Aracruz - Espírito Santo

- priorizar o atendimento às necessidades regionais e nacionais da comunidade, via serviços específicos, estabelecendo relações de parceria;
- valorizar e oferecer espaços para consolidação das atividades de extensão, considerando a sua relação com a socialização do conhecimento;
- considerar a singularidade humana, bem como seus múltiplos aspectos, como ser social, biológico, psicológico, político e cultural e sujeito histórico.

Dessa forma, na implementação das Matrizes Curriculares dos cursos ofertados, a Faculdade Casa do Estudante – FACE sugere:

- promover o aprofundamento das ciências e da tecnologia no contexto histórico das áreas de códigos e linguagens, sociedade e ciências, buscando vigorosa e metodicamente a construção do conhecimento por intermédio da livre discussão do ensino, da extensão e da produção, fazendo da ação profissional sempre uma ação retomada do passado para o presente e o futuro;
- privilegiar a produção e a construção permanente do conhecimento de forma sistematizada, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa e interdisciplinar;
- compreender o conhecimento como prática, reflexão, dúvida, compreensão e crítica do que nos é oferecido pela observação e pela experiência do mundo físico e social, bem como pelas mídias tecnológicas disponíveis.

Na organização curricular serão observados os fundamentos, da política da igualdade e a ética da identidade, como também os princípios específicos de flexibilidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização, necessários para o desenvolvimento de um currículo por competências, em conformidade com as diretrizes curriculares.

Para tanto se buscará desenvolver espaços de relação entre as propostas curriculares e o meio social, respeitando as peculiaridades dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e visando a integração dos cursos aos aspectos locais, atentando-se para o incentivo à tomada de decisões conscientes como forma de reconhecimento do exercício da autonomia dos referidos sujeitos.

Nesse sentido, reconhece-se que os saberes estabelecem entre si relação de interdependência e, portanto, não podem ser vistos como isolados, principalmente quando se trata das dimensões da prática e da teoria, que não podem ser vistos como dicotômicos, posto que são complementares. Isso evidencia a importância da contextualização, pois possibilita a aprendizagem significativa e a percepção de que o conhecimento é dinâmico e se desenvolve ao nosso redor.

Esses princípios pedagógicos visam contribuir para a formação da totalidade humana em consonância com as novas demandas do mundo contemporâneo. Entendendo-se assim a organização curricular, aponta-se para a observação dos quatro eixos apontados pela UNESCO que são:

- 1 Aprender a aprender. Depois da sociedade industrial, vivemos a sociedade do conhecimento e da socialização do conhecimento. Há uma enorme sobrecarga de informação disponível. A educação deve, pois, preparar o aluno para analisar criticamente a informação, separando o que é realmente necessário do que é dispensável. Deve fazer da escola um espaço onde se aprimora o espírito científico e o uso consciente de todas as linguagens e se aprende a buscar o saber, dialogando, investigando e navegando pelos espaços do conhecimento e da informação.
- 2 Aprender a fazer. O saber teórico deve vir acompanhado da aquisição de competências que fazem com que o aluno se torne um profissional capaz de agir, criar, trabalhar em equipe e lidar com uma variedade de situações, muitas vezes imprevisíveis. Mais que nunca o binômio teoria-prática ganha relevância e impõe aos cursos profissionalizantes e a todo o nível superior a busca da harmonia entre escola/empresa, educação/vida profissional, desempenho/aperfeiçoamento constante. A oportunidade do estágio supervisionado acompanhando o desenrolar do currículo deve ser considerada pelas instituições como valiosa estratégia para a preparação para o trabalho.
- 3 Aprender a viver. Viver junto, desenvolvendo a compreensão da diversidade e do pluralismo. O respeito a diferentes culturas e habilidades e a capacidade de lidar com situações de conflito tornam o ser humano predisposto à solidariedade e a viver em paz.
- 4 Aprender a ser. Valorizar as manifestações das múltiplas inteligências, o senso estético, a capacidade de comunicação, enfim o potencial de cada indivíduo, tudo isso faz amadurecer a inteligência emocional e prepara o aluno para agir com competência, autonomia, maturidade e responsabilidade pessoal e social.

A educação para o cidadão do século XXI será construída sobre estes quatro eixos e que orientarão a seleção dos conteúdos significativos numa organização por competências e habilidades.

Como Competência, entendemos ser "a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho".

Desta forma, o enfoque das competências é voltado para o investimento da capacidade de aprendizagem no desenvolvimento de maneiras próprias de pensar e tomar decisões, preparando o cidadão para adquirir, ao final do processo de formação, as competências necessárias para enfrentar os desafios e situações que a vida lhe apresentar.

A formação na perspectiva de desenvolvimento de competências requer do docente o duplo e importante papel de ser orientador e mediador quanto ao desenvolvimento de competências e de ser catalisador de processos de formação de valores e de habilidades cognitivas dos discentes que estão sob sua orientação.

O ambiente de aprendizagem deverá também estar aberto para os saberes que historicamente foram excluídos do espaço escolar, bem como para a promoção permanente do diálogo entre os universos de conhecimento que sejam oriundos da prática ou dos fundamentos científicos.

O desenho da matriz curricular apresenta-se na direção horizontal e vertical e, em alguns casos, contempla ainda a direção transversal, exigindo do coletivo de profissionais envolvidos maior empenho na organização do trabalho metodológico.

O sentido vertical é concebido como um sistema estruturado por módulos/períodos e componentes curriculares. Nesta direção se garante o trânsito ascendente do estudante.

No sentido horizontal prima-se pela lógica da coordenação dos vários conteúdos, o que permite o desenvolvimento da interdisciplinaridade. A direção transversal, por sua vez, atravessa todo o curso, onde estão presentes, principalmente, os conteúdos voltados aos valores, atitudes, interesses profissionais e outros.

O curso oferecerá aos discentes referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Por isso, a integração às políticas, diretrizes, parâmetros e padrões de qualidade definidos para cada nível, etapa, modalidade de ensino e para o curso específico, atendendo às orientações do Conselho Nacional de Educação - CNE mostram-se indispensáveis.

No sentido de práticas de organização curricular, tanto em sentido específico dos cursos quanto no macro da instituição, podem ser relacionadas algumas ações adotadas como forma de possibilitar a flexibilização dos currículos. São elas:

- Permissão do ingresso de portadores de necessidades especiais para cumprirem componentes curriculares específicos, para os cursos de graduação;
- Oferta de componentes curriculares optativos para os cursos de graduação;
- Interdisciplinaridade em diversos níveis e formas: interdisciplinaridade pedagógica de componentes curriculares, interdisciplinaridade a partir de projetos integrados ou metodologia de projetos, interdisciplinaridade de projetos pedagógicos de cursos. :

4.4- PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante do processo educativo e, como tal, está prevista nos documentos visando diagnosticar questões relevantes, aferir os resultados alcançados considerando os objetivos e competências propostas e identificar mudanças no percurso que sejam eventualmente necessárias.

No encaminhamento da avaliação é importante considerar o processo de raciocínio e análise crítica em oposição à memorização pura e simples. Para isso,

encaminham-se metodologias de ensino que permitam aos discentes produzir, criar, superar a mera reprodução, formando um sujeito apto para intervir na sociedade de forma criativa, reflexiva e transformadora.

Assim, a avaliação entendida como parte integrante do processo ensinoaprendizagem apresenta caráter formativo, sendo concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva e processual; com priorização dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de competências.

É desenvolvida através de métodos e instrumentos diversificados, tais como: execução de projetos, relatórios, trabalhos individuais e em grupo, estudos de casos, resolução de problemas, fichas de observação, provas escritas, simulação, auto-avaliação, seminários e outros em que possam ser observadas as atitudes e os conhecimentos construídos e adquiridos pelo discente, em consonância com os planos de cursos e programas de ensino.

O acompanhamento e a observação do docente e dos resultados dos instrumentos de avaliação e auto-avaliação aplicados explicitarão a aquisição das competências bem como os estudos posteriores necessários para atingi-las.

Na seleção de métodos e instrumentos observar-se-á:

- A correspondência entre esses e as competências e os objetivos previstos;
- A contemplação dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos para a formação do discente;
- A avaliação multidisciplinar e interdisciplinar;
- A determinação do significado e o sentido da aprendizagem;
- A contemplação a auto-avaliação dos discentes.
- A avaliação diagnóstica sobre as principais carências e deficiências acadêmicas apresentadas pelos estudantes da IES.

4.5 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES.

O exercício profissional desenvolvido a partir da prática de estágios e atividades complementares é entendido como um mecanismo institucional permanente de articulação com segmentos produtivos a que estão vinculados os cursos para definição da oferta de novos cursos, de vagas e para atualização curricular.

Constitui ainda a sustentação do ensino de graduação, não só para a definição e redefinição dos currículos, mas também para um melhor planejamento, estruturação e desenvolvimento das atividades.

Quanto ao estágio, pretende-se proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem, sendo então, planejado, executado, acompanhado e avaliado em

conformidade com os currículos, programas e calendário escolar. Dessa forma, o estágio deve-se constituir em instrumento de integração, de aperfeiçoamento técnico-científico e de relacionamento humano.

A oportunidade de conhecer e experimentar situações reais dentro das organizações através do estágio possibilita um ganho extraordinário quanto ao aprendizado, avaliação do mercado do trabalho, ampliação da visão do universo de sua profissão, estabelecimento de relacionamentos profissionais e até mesmo, a possibilidade de uma contratação pela empresa.

Trata das questões relativas ao estágio se resguardando nas determinações legais, no Regimento e Normas do Conselho Superior, de acordo com o nível e etapa, destacando a obrigatoriedade de um acompanhamento sistemático através da orientação de um docente selecionado para integrar a escola e o discente à empresa, bem como a necessidade da elaboração de Relatório Final de Estágio, no qual o discente relata e analisa sua experiência, tecendo suas considerações sobre o estágio. Essa atividade possibilita aos discentes, diante de problemas detectados dentro da organização, aproveitam a oportunidade para fazerem propostas para solução destes, aplicando e consolidando seus conhecimentos teóricos a vivência prática.

Nesse sentido, os convênios estabelecidos proporcionam uma maior proximidade entre os meios empresariais e acadêmicos levando a uma maior reflexão quanto ao atendimento das necessidades do mercado.

Ao tratar do mercado de trabalho e dos planos de desenvolvimento consideram-se importante as informações sobre a política do governo para os setores em que a Instituição está inserida.

Para tanto, adotam-se como fontes de pesquisa os Planos de Desenvolvimento da Região/ Estado e os Instrumentos e documentos que caracterizam esses aspectos, sejam eles desenvolvidos e/ou divulgados por Prefeituras Municipais, Governo do Estado, Bancos de Desenvolvimento, Associações Comerciais e Industriais, Associações Empresariais, ONG, Empresas.

Serão utilizados questionários a serem preenchidos pelo discente estagiário e pelo responsável pelo setor de trabalho onde desenvolve suas atividades.

Na elaboração do instrumento, convém lembrar que os itens serão planejados segundo a legislação da educação superior e competências.

Em relação às atividades práticas e estágios é importante:

- incentivar permanentemente ações que reforcem a conexão entre teoria e prática, entendendo-as como imprescindíveis à Educação Superior;

- estudar e programar ações que possibilitem a experimentação do exercício profissional, a partir de práticas asseguradas pela própria Faculdade Casa do Estudante como aproveitamento de estágio;
- incentivar a adoção de monitoria enquanto espaço de construção de conhecimento teórico-prático, conforme regulamento próprio;
- incentivar permanentemente visitas técnicas, como possibilidade de observação e de estudo do espaço profissional, sob constante supervisão da Instituição representada pelas coordenadorias de cursos e docentes responsáveis;
- Instalação de um Centro de Atividades Empresariais para orientação aos micro e pequenos empresários na abertura e constituição de empresa, consultoria com estudos e pesquisas de viabilidade econômica, dentre outros.

Já as Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por intermédio de avaliação do Colegiado e das Coordenações dos Cursos de conhecimentos e competências do aluno, compreendidas, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da FACE, incluindo cursos, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, especialmente no tocante às relações profissionais, nas ações de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão desenvolvidas juntamente à comunidade.

As Atividades Complementares, cuja realização é indispensável à colação de grau, serão planejadas de forma a proporcionar aos discentes, de graduação da FACE, realizá-las no decorrer dos semestres letivos, exigindo-se um total mínimo de 200 (duzentas) horas/aula. Essas Atividades têm como principal objetivo estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para a sua formação profissional. As cargas horárias obtidas pelos alunos devem ter relação direta com os princípios fundamentais de cada Curso.

As Atividades Complementares da FACE são classificadas em categorias:

- I. Eventos Científicos na área ou áreas afins (palestras, seminários, congressos e conferências);
- II. Cursos de Extensão:
- III. Ações Sociais;
- IV. Monitoria;
- V. Atividades ligadas ao Centro de Atividades Empresariais e ao Núcleo de Práticas Jurídicas;
- VI. Desenvolvimento de atividades na Semana do Administrador e na Semana do Direito;
- VII. Publicações;
- VIII. Projetos;
- IX. Cursos Extracurriculares.

Os alunos entregarão às Coordenações de Cursos, ao término de cada Atividade Complementar, a documentação para concessão de carga horária em atividades.

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE

Rua Flor de Estudante, 213 - Jardins - Aracruz - Espírito Santo

Somente serão aceitos os pedidos que envolvam atividades complementares realizadas após o ingresso do aluno no curso de graduação.

Em se tratando de atividade não correlata, além do cumprimento dos requisitos acima, deverá o aluno apresentar justificativas em que demonstrem o aproveitamento da atividade no seu curso. O cômputo e o aproveitamento da carga horária serão registrados obedecendo à ordem de entrega dos documentos.

A carga horária mínima das atividades complementares obrigatórias não pode ser preenchida com um só tipo de atividade, sendo necessário, no mínimo, o cumprimento de atividades em três categorias.

A categoria das Atividades Complementares poderá ser alterada a qualquer tempo. A carga horária das atividades complementares deve ser integralizada por ocasião da conclusão do curso, preferencialmente da seguinte forma: no mínimo 80% até o 6º período e o total até o 8º período.

4.6 PRÁTICAS

A Faculdade Casa do Estudante apresenta, em relação à adoção e ao desenvolvimento de materiais pedagógicos, as seguintes práticas:

- Elaboração de apostilas e manuais;
- Adoção de revistas técnicas e artigos científicos;
- Adoção, avaliação, adequação aprimoramento e desenvolvimento de programas livres nos cursos;
- Produção de recursos que considerem o desenvolvimento humano sustentável;

4.7 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

O ano letivo, independente do civil, abrange, no mínimo, 200 (duzentos) dias, distribuídos em 02 (dois) períodos letivos regulares, cada um com o mínimo, 100 (cem) dias de atividades acadêmicas efetivas. Na matrícula seriada (semestral), admite-se a dependência de, até, 02 (duas) disciplinas, observada a compatibilidade de horários.

O aluno transferido, assim como o graduado está sujeito às adaptações e complementações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitando os estudos realizados, com aprovação, no curso de origem. Para integralização do curso exigise carga horária total não inferior à prevista no currículo pleno do curso da Faculdade, bem como o cumprimento regular de todas as disciplinas e atividades.

O cumprimento de carga horária adicional, em termos globais, é exigido para efeito de integralização curricular.

O prazo mínimo para integralização do curso será de 05 anos para o Curso de Direito e 04 anos para o curso de Administração, enquanto o prazo máximo será do dobro do prazo mínimo referente a cada curso, entretanto, caso o aluno tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE

outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo CEPE, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com a legislação e normas vigentes.

4.8 INCENTIVOS A INTERDISCIPLINARIDADE

Para propiciar conhecimento relevante para o processo ensino-aprendizagem, conforme os critérios de interdisciplinaridade e de flexibilização curricular, a Faculdade Casa do Estudante oferecem para os seus discentes:

- Participação em eventos: atividade que envolve a participação dos discentes em congressos, seminários, conferências, simpósios, colóquios e similares, na qualidade de ouvintes;
- Participação em pesquisas, estudos e avaliações interdisciplinares;
- Participação em visitas técnicas;
- Participação em sessões de defesa de trabalho acadêmico: atividade que envolve a presença do discente em defesas de trabalho de conclusão de curso, de monografias, de dissertações ou de teses;
- Grupos de estudo: são atividades de discussão temática, sob a responsabilidade de um docente ou grupo de docentes, com a finalidade de complementação ou de aprofundamento do aprendizado e de exercícios de aplicação de conhecimento dos discentes de graduação;
- Promoção de palestras proferidas por profissionais dentro das várias áreas contempladas na grade curricular do curso.

Os discentes dos Cursos Superiores desenvolvem e apresentam o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que envolve todas as competências trabalhadas no decorrer do curso nas várias disciplinas e visa, com a orientação de um docente, estudar, analisar, propor práticas, na perspectiva de inovação, possibilitando ao discente contribuir de forma empreendedora na avaliação, investigativa do problema a ser resolvido, possibilitando ao discente a aplicação dos seus conhecimentos e a busca de soluções criativas para os mesmos.

4.9 PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Curso Coordenadoria	Modalidade	Turno(s)	Número Turmas Número Máximo Discentes		Campus	Ano Previsto
FABIO TAVARES	DIREITO PÚBLICO	NOTUR.	1	50	SEDE	2012/2013
VALÉRIO GIVISIEZ	GESTÃO DA PRODUÇÃO	NOTUR.	1	50	SEDE	2012/2013
VALÉRIO GIVISIEZ	GESTÃO	NOTUR.	1	50	SEDE	2012/2013

EMPRESARIAL			

5 INFRAESTRUTURA

A Faculdade Casa do Estudante tem seu *campus* situado no município de Aracruz – ES. Possui atualmente uma área construída de 3.251.01 m2, utilizada para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, extensão, seminários, encontros empresariais, lazer e cultura.

Em relação à acessibilidade ao *campus* de um modo geral, o mesmo é satisfatoriamente servido por linhas regulares de transporte coletivo. Já em relação ao acesso aos ambientes internos, principalmente para portadores de necessidades especiais, a Faculdade Casa do Estudante dotou suas dependências com equipamentos que facilitaram o livre acesso, tais como rampa e elevador.

5.1. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS ATUAIS

INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES									
ORDEM	TIPO DE DEPENDÊNCIA	PAVIMENTO	ORDEM	TIPO DE DEPENDENCIA	PAVIMENTO				
1	Sala de Direção - 12 m²	Térreo	18	Laboratório - 72 m²	1º andar				
2	Sala de Supervisão - 10 m²	Térreo	19	Coordenação - 13 m²	1º andar				
3	Sala de Coord. Direito - 14 m²	Térreo	20	Sala de Professores - 50 m²	1º andar				
4	Sala de Coord. Admin 12 m²	Térreo	21	2 Banheiros de 24 m² cada	1º andar				
5	Secretaria - 68 m²	Térreo	22	9 salas de aulas de 56 m²	1º andar				
6	Tesouraria - 14 m²	Térreo	23	1 sala de aula de 64 m²	1º andar				
7	2 Banheiros - 12 m² cada	Térreo	24	7 Salas de aula de 56 m²	2º andar				
8	Biblioteca - 100 m²	Térreo	25	1 Sala de aula de 88 m²	2º andar				
9	Labor. Informática - 64 m²	Térreo	26	2 Salas de aula de 72 m²	2º andar				
10	Auditório - 125 m²	Térreo	27	1 sala de aula de 64 m²	2º andar				
11	Recepção - 56 m²	Térreo	28	2 Banheiros de 24 m² cada	2º andar				
12	Cozinha - 13 m²	Térreo	29	Área total do terreno - 6380 m²	2				
13	Cantina - 21 m²	Térreo	30	Área coberta - 1174 m²					
14	Caixa - 3,5 m²	Térreo	31	Área do pátio - 450 m²					
15	Depósito - 5 m²	Térreo	32	Área construída - 3251 m²					
16	CPA e Ouvidoria - 20 m²	Térreo	33	Área livre - 2015 m²					
17	Reprografia - 15 m²	Térreo	34	Área poliesportica - 1138 m²					

5.2 RELAÇÃO DISCENTE/EQUIPAMENTO/CURSO

Os laboratórios dos cursos visam proporcionar atividades experimentais que aproximem a teoria estudada em sala de aula às vivências práticas relacionadas ao exercício profissional das habilidades desenvolvidas ao longo do curso. A relação

equipamento/discente varia conforme a relação/laboratório/disciplina. A IES conta hoje com computadores disponibilizados em dois laboratórios.

5.2.1 Inovações Tecnológicas Significativas

A rede de comunicação de dados interliga todos os seus computadores em rede, interconectando computadores servidores a computadores administrativos, acadêmicos e laboratórios de informática em todo o seu *Campus*.

Área de Sistemas:

Atualmente, todo sistema de informação utilizado pela IES é de sua propriedade a qual mantém contrato de manutenção e atualização junto aos desenvolvedores.

Softwares Aplicativos e Sistemas de Informação:

Atualmente os softwares em uso são plataforma Windows. Utilizam Sistema de Controle Acadêmico, Administrativo, Financeiro e Controle de Biblioteca.

5.3 BIBLIOTECA

Reconhecendo a importância da atualização do acervo bibliográfico, torna-se imperativa a tomada de decisões. Para tanto, é fundamental que se faça avaliação que permita:

- Determinar a adequação em relação aos usuários;
- Obter uma compreensão mais exata sobre as áreas dos cursos ministrados e a utilização da coleção;
- Obter subsídios para o desenvolvimento planejado da coleção;
- Identificar material obsoleto e não pertinente.

Nessa avaliação, será considerado o fator tamanho da coleção comparado ao número de usuários; segmento do assunto e área levando em conta a demanda e o uso da coleção. Pretende-se, portanto, que a biblioteca direcione sua coleção aos assuntos e áreas de maior interesse e adquira o número suficiente de títulos que têm maior demanda.

A atualização do acervo é realizada prioritariamente a partir das indicações referenciais dos Projetos de Curso.

5.3.1 Horário de Funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira das 7h às 22h30 e aos sábados de 8h às 12h.

5.4 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.

5.4.1 Acessibilidade

A expressão "acessibilidade", presente em diversas áreas de atividades humanas significa viabilizar a equiparação de oportunidades em todas as esferas da vida. A acessibilidade é uma chave para a inclusão social. No final da década de 40, o termo "acessibilidade" se limitava a assuntos sobre barreiras físicas ou arquitetônicas. Por volta do final dos aos 80 esse conceito se estendeu para além das edificações, "[...] apontando para as chamadas barreiras ambientais, as quais também envolviam tacitamente as barreiras atitudinais [...]" (NUNES; NUNES SOBRINHO, 2008, p. 269).

Já na década de 90 o conceito de acessibilidade evolui englobando o conceito de "desenho universal", respeitando a diversidade humana para além das deficiências, considerando as necessidades de acessibilidade das pessoas idosas, gestantes, obesas, com mobilidade reduzida, entre outros. O desenho universal é [...] um conjunto de idéias, procedimentos e práticas geradoras de espaços, ambientes, serviços, produtos e tecnologias acessíveis, utilizáveis de forma igualitária, segura, autônoma por todas as pessoas, na maior extensão possível, independentemente das suas capacidades, habilidades e medidas antropométricas, sem que tenham que ser adaptados ou readaptados especificamente para cada u [...]" (CORREIA & CORREIA, apud NUNES; NUNES SOBRINHO, 2008, p. 270).

Assim, a acessibilidade hoje, extrapola o espaço físico, à dimensão arquitetônica, passando a "[...] enfatizar o direito ao ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços sociais por toda a população [...]" [...] "(NUNES; NUNES SOBRINHO, 2008, p. 270).

A acessibilidade é, assim, um princípio inclusivo, um direito garantido por lei e também é um dos oito Princípios Gerais (artigo 3º) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), da qual o Brasil é um dos signatários. Como a acessibilidade está relacionada ao ambiente e não às características da pessoa, se o ambiente escolar não oferece condições adequadas de acessibilidade, este pode dificultar o desempenho da pessoa.

Assim, as pessoas com deficiência ficam em situação de desvantagem e sua condição de desempenho (surdez, cegueira ou outra) que se agrava ou até mesmo se inviabiliza e elas não conseguem desempenhar completamente suas habilidades, seus talentos, direitos e deveres.

A inclusão escolar implica a inserção de todos, sem distinção. A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, pois prevê que não se pode

segregar a nenhuma pessoa como conseqüência de sua deficiência, dificuldade de aprendizagem, gênero ou etnia, por suas condições emocionais, sócio-econômicas, éticas, físicas, lingüísticas e sensoriais.

As condições necessárias para o acesso, permanência e sucesso desses discentes nos cursos é compromisso da Instituição como garantia de educação de qualidade e cidadania para todos.

5.4.2 Necessidades Educacionais Especiais (NEE)

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.19) a expressão "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas as pessoas cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem. Acrescentando, ainda, que "[...] muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais especiais em algum momento do seu processo de escolarização" (p.19).

O Decreto nº. 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado e considera que esse serviço deve ser prestado aos discentes que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Segundo o documento "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva" (MEC/SEESP, 2008) na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola.

A educação especial articulada com o ensino comum, orienta o atendimento as necessidades educacionais especiais dos discentes. Esse documento traz algumas definições:

Consideram-se discentes com deficiência: àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Os discentes com transtornos globais do desenvolvimento: são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo discentes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

Discentes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Obs.: Há também os transtornos funcionais específicos, que são: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

Uma observação importante sobre essas definições do público alvo é que devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. O documento da SEESP/2008 ainda considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os discentes. (BRASIL/SEESP, 2008, p.15)

Assim, as necessidades educacionais especiais se referem às necessidades específicas que alguns discentes podem apresentar em determinado momento de seu percurso acadêmico. Devido a sua particularidade, esses discentes necessitam de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que devem ser organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar ao ensino regular.

Deste modo, a proposta da educação inclusiva considera um currículo único para todos os discentes e uma ação pedagógica voltada para a igualdade de oportunidades, no sentido de a instituição educacional oferecer a cada educando aquilo de que ele necessita, disponibilizando dentro do possível, para isso, os recursos e as estratégias de ensino necessários.

A educação inclusiva requer estudo, planejamento e organização da instituição escolar para dar conta da diversidade dos discentes, de forma a atender às suas necessidades. Para garantir o cumprimento das políticas de inclusão, várias ações são necessárias, principalmente, o apoio técnico (pedagógico especializado) e financeiro.

5.4.3 Objetivos do Programa de Acessibilidade

Objetivo Geral:

Promover a inclusão, garantindo as condições para o acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais em seus cursos.

Objetivos específicos:

- Promover a redução de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicações por meio de ações efetivas;

- Apoiar a criação e/ou estruturação de núcleos de acessibilidade no campus;
- -Apoiar a Implementação de capacitação permanente (formação continuada) sobre educação inclusiva, preparando os docentes e demais servidores para o atendimento especializado a essa demanda;
 - Promover a implantação da política de acessibilidade universal.

5.4.4 Ações da FACE para a Acessibilidade

- Apoiar a criação, quando necessária, de uma estrutura responsável pelo desenvolvimento da política inclusiva na Faculdade.
- 2. Elaborar Diagnóstico Atualizado dos discentes que apresentam necessidades educacionais especiais matriculados, com levantamentos quantitativos e qualitativos sobre esse público e suas respectivas demandas referentes à acessibilidade para buscar soluções cabíveis para o atendimento a ser oferecido.

Acessibilidade Pedagógica

Elaborar em parceria com os setores responsáveis pela gestão educacional, pedagógica e de apoio ao ensino, proposta de trabalho multidisciplinar para viabilizar:

- Estudo sobre a adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender as demandas educativas do discente com necessidades educacionais especiais;
- Avaliação processual dos profissionais contratados para atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais (Intérpretes de LIBRAS e outros);
- Atendimento diferenciado aos Portadores de Necessidades Especiais, desde que solicitado previamente, no que se refere a:
 - adaptações de provas (inclusive o vestibular) tempo adicional para realização das provas;
 - tempo adicional para realização do curso;
 - adaptação de recursos instrucionais: material pedagógico e equipamentos;
 - apoio especializado necessário, intérprete de língua de sinais e ledor, conforme necessidade educacional especial apresentada;
 - e) outras ações
- A realização de pesquisas e levantamentos quantitativos e qualitativos sobre as pessoas com deficiência matriculadas e suas respectivas demandas referentes à acessibilidade para buscar soluções cabíveis para o atendimento a essas demandas;

- Articulação com o CIEE e ou outra instituição similar para encaminhar os educando
 PNE ao mundo de trabalho;
- Realização de Avaliação do Programa de Acessibilidade por meio da coleta de opinião dos usuários, da Comunidade Acadêmica, via Sistema Acadêmico, de modo facultar avanços no programa com base em dados de avaliação e legislação vigente.

6 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros diretamente arrecadados são gerados, mediante a comercialização da produção dos projetos decorrentes do processo ensino-aprendizagem, de cursos, de atividades de extensão, pós-graduação, bem como da prestação de serviços, alienações e outras formas de captação.

Priorizados os recursos necessários ao desenvolvimento de projetos, às despesas fixas e variáveis de manutenção básica, os fundos de reservas, os resultados alcançados, as despesas de remuneração, os recursos de investimentos serão usados em ações que visem a recuperação, modernização, ampliação e atualização, visando dotar a Instituição de melhores condições de ensino.

Esses recursos serão solicitados à Entidade Mantenedora com apoio do corpo docente no que se refere a sugestões e executados anualmente, de modo que ao final de um período tenha ocorrido um real desenvolvimento das metas e ações previstas no Plano, sendo divulgados os resultados.

Diante do atual cenário, aperfeiçoando a gestão orçamentária e financeira, deverão ser buscados níveis de excelência e transparência, compatíveis com os padrões exigidos pela sociedade.

QUADRO DETALHADO DE PREVISÃO DE EXPANSÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

Moeda: R\$ (REAIS)

wideda: K\$ (REAIS)										
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO SIMPLIFICADO PARA O PERÍODO DE 2011 A 2015										
	ANO									
	2011 2012		2012	2013		2014		2015		
DISCRIMINAÇÃO										
RECEITAS	R\$	1.951.117,59	R\$	2.002.792,00	R\$	2.093.821,00	R\$	2.220.908,00	R\$	2.333.438,00
ANUIDADE	R\$	1.678.016,00	R\$	1.729.068,00	R\$	1.815.521,00	R\$	1.942.608,00	R\$	2.039.738,00
SERVIÇOS/CURSOS	R\$	215.685,36	R\$	215.685,00	R\$	220.000,00	R\$	220.000,00	R\$	231.000,00
TAXAS	R\$	2.500,00	R\$	2.500,00	R\$	2.700,00	R\$	2.700,00	R\$	2.700,00
TREINAMENTOS	R\$	11.875,00	R\$	10.539,00	R\$	10.600,00	R\$	10.600,00	R\$	15.000,00
DIVERSOS	R\$	43.041,23	R\$	45.000,00	R\$	45.000,00	R\$	45.000,00	R\$	45.000,00
RECEITAS DEDUTIVAS	R\$	266.888,00	R\$	218.274,00	R\$	2.228.974,00	R\$	266.500,00	R\$	267.500,00
BOLSAS DE ESTUDOS (prouni out)	R\$	251.768,00	R\$	202.642,00	R\$	2.212.774,00	R\$	250.000,00	R\$	250.000,00
INADIMPLÊNCIA	R\$	15.120,00	R\$	15.632,00	R\$	16.200,00	R\$	16.500,00	R\$	17.500,00
CUSTOS E DESPESAS	R\$	1.463.519,92	R\$	1.495.894,57	R\$	1.505.423,73	R\$	1.600.506,00	R\$	1.611.187,00
PAGAMENTO DE DOCENTES	R\$	497.448,99	R\$	529.634,00	R\$	556.116,00	R\$	583.921,00	R\$	613.118,00
PAGAMENTO DE TÉCNICO ADM	R\$	112.633,93	R\$	119.922,00	R\$	125.917,00	R\$	132.214,00	R\$	138.824,00
ENCARGOS E OBRIGAÇÕES	R\$	123.925,00	R\$	129.800,00	R\$	136.400,00	R\$	143.200,00	R\$	150.400,00
IMPOSTOS	R\$	97.306,00	R\$	100.603,57	R\$	107.115,73	R\$	112.671,00	R\$	120.345,00
ALUGUEL	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
DESP. ADMINISTRATIVAS	R\$	554.306,00	R\$	498.875,00	R\$	498.875,00	R\$	500.000,00	R\$	500.000,00
MANUTENÇÃO	R\$	30.000,00	R\$	30.000,00	R\$	30.000,00	R\$	33.000,00	R\$	33.000,00
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	R\$	29.000,00	R\$	29.026,00	R\$	30.000,00	R\$	30.000,00	R\$	30.000,00
INVESTIMENTOS EM EQUIP. E TI	R\$	-	R\$	27.607,00	R\$	-	R\$	30.000,00	R\$	_
MOBILIÁRIOS	R\$	-	R\$	9.427,00	R\$	-	R\$	10.000,00		
TREINAMENTOS	R\$	9.000,00	R\$	10.000,00	R\$	10.000,00	R\$	13.000,00	R\$	13.000,00
EVENTOS	R\$	4.700,00	R\$	5.000,00	R\$	5.000,00	R\$	5.500,00	R\$	5.500,00
ATIV. DE EXTENSÃO	R\$	5.200,00	R\$	6.000,00	R\$	6.000,00	R\$	7.000,00	R\$	7.000,00

7 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional - PAI, desenvolvido na Instituição a partir de 2004, é decorrente do programa federal, intitulado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Assim sendo, o PAI abrange todas as atividades desenvolvidas pela Faculdade Casa do Estudante.

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fins, ou seja, ensino, cursos e extensão, além das atividades-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão, abrangerão toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas o que garantirá um melhor entendimento da realidade institucional.

Diversos instrumentos e métodos combinados, serão utilizados conforme necessidades e situações específicas da própria dinâmica de atuação da Instituição.

A avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada ano.

As técnicas utilizadas poderão ser painéis de discussão, reuniões técnicas, questionários e sessões de trabalho. Os métodos adotados preservarão a identidade dos participantes.

7.1 DIRETRIZES E PRINCÍPIOS

Fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação oferecida em todos os níveis e modalidades, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Além dos princípios fundamentais do SINAES:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- Reconhecimento da diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e a história das instituições;
- Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; e
- Continuidade do processo avaliativo.

A Faculdade Casa do Estudante entende que a estrutura da avaliação institucional deve:

- Focalizar o processo de auto-avaliação nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional promovendo o desenvolvimento de uma cultura de avaliação;
- Orientar o planejamento institucional norteado pela gestão democrática e com autonomia.

7.2 DIMENSÕES AVALIADAS NO PROJETO INSTITUCIONAL

Os objetivos da proposta do SINAES estão sintetizados no Art. 3º da Lei nº. 10.861/2004, transcrito a seguir:

"Art. 3º: A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades,

FACULDADE CASA DO ESTUDANTE

Rua Flor de Estudante, 213 - Jardins - Aracruz - Espírito Santo

cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

- I a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II- a política para o ensino, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de monitoria e demais modalidades:
- III a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV a comunicação com a sociedade;
- V as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnicoadministrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX políticas de atendimento aos estudantes;
- X sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

7.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

- Plano de Desenvolvimento Institucional
- Projeto Pedagógico Institucional;
- Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Documentos financeiros e orçamentários;
- Documentos de controle acadêmico;
- Relatórios de acompanhamento da aprendizagem e do desempenho estudantil;
- Questionários aplicados à comunidade acadêmica;

- Outros que venham a ser estabelecidos pela CPA.

7.4 AUTOAVALIAÇÃO INTERNA DA CPA

Na já mencionada Lei 10.861/2004, em seu Art. 11, o Governo Federal determinou que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituísse uma Comissão Própria de Avaliação – CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP – Institucional Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, obedecidas as seguintes diretrizes:

- I constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada à composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Depreende-se, portanto:

- Existência de uma equipe de coordenação, a Comissão Própria de Avaliação -CPA;
- Participação dos integrantes da instituição;
- Compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES;
- -Informações válidas e confiáveis;
- Uso efetivo dos resultados.

7.5 ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

7.5.1 Fase 1 – Sensibilização

Objetivo: Sensibilizar a comunidade para a importância e objetivos da auto-avaliação institucional.

Ações:

- 1- Elaborar Programa de Sensibilização;
- 2- Conduzir eventos de sensibilização (seminários, reuniões de grupos, palestras por especialistas convidados etc.);
- 3- Capacitação da equipe;
- 4 Levantar e registrar sugestões;

5 - Divulgar informações.

Responsável: Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

7.5.2 Fase 2 – Diagnóstico

<u>Objetivo</u>: Descrever a situação real dos cursos ofertados pela Faculdade Casa do Estudante, utilizando para isso o cadastro e as opiniões da comunidade acadêmica, através de coleta e organização de informações.

Ações:

- 1- Elaboração do Programa para Diagnóstico;
- 2 Análise de dados e documentos obtidos;
- 3 Estabelecimento de critérios e indicadores de qualidade;
- 4 Levantamento das necessidades;
- 5 Elaboração de Relatório Diagnóstico;

Responsável: CPA.

7.5.3 Fase 3 - Avaliação Interna

Objetivos: Analisar os dados obtidos no diagnóstico e implementar o processo de avaliação interna.

Ações:

- 1 Elaboração do Programa para Avaliação Interna;
- 2 Preparação e validação dos instrumentos para a avaliação interna;
- 3 Aplicação de instrumentos;
- 4 Divulgação dos resultados na Instituição como um todo.

Responsável: CPA.

7.5.4 Fase 4 - Reformulação e Publicidade

Objetivos: Avaliar as propostas de correção, tomar decisões e definir as reformulações e/ou ações a serem empreendidas.

Ações:

- 1 Organização de um Seminário Geral de Avaliação;
- 2 Avaliação das Propostas;

- 3 Tomada de decisões sobre as propostas de ações necessárias;
- 4 Elaboração do Relatório Final da Avaliação Institucional;
- 5 Publicação do Relatório Final;

Responsável: CPA.

7.5.5 Fase 5 – Reavaliação

Objetivos: Discutir e refletir internamente sobre os resultados, e propor medidas para a melhoria de cada área funcional e da avaliação realizada.

Os relatórios finais contendo os resultados e diagnósticos apresentados nas avaliações servirão como indicadores para a atualização e redimensionamento do plano de desenvolvimento institucional, do projeto pedagógico institucional, definição de programas e projetos que embasarão novos procedimentos da gestão administrativa e acadêmica.

Ao final da cada ciclo avaliativo realizar-se-á uma meta avaliação, ou seja, uma análise crítica do ciclo anterior de auto-avaliação, a fim de identificar melhorias nos processos subsegüentes.

Responsável: CPA.